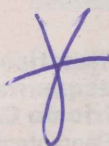


A110.565

**Renato Casagrande**

É governador do Espírito Santo

/// Não vamos aceitar que uma proposta oportunista, insensata e demagógica coloque em risco o equilíbrio que lutamos tanto para conquistar



## A justiça vai prevalecer

A decisão tomada pelo Senado, de alterar os critérios de distribuição dos royalties do petróleo, coroa o que a história vai registrar como um dos momentos de maior irracionalidade da política brasileira. Aproveitando a discussão de novo modelo de partilha para a exploração da camada pré-sal, representantes dos Estados não produtores se articularam para avançar sobre parte das receitas que hoje são destinadas aos Estados produtores, como compensação pelos impactos sociais, econômicos e ambientais da atividade. Todos os atores envolvidos nesse debate sabem perfeitamente que tal decisão é ilegal, inconstitucional e fere o princípio federativo que estrutura nossa República. Mas, de olho apenas na repercussão política em seus Estados, aprovaram de forma irresponsável a proposta do senador Vital do Rêgo.

É bem verdade que o relatório apresentado ao plenário trouxe avanços em relação à chamada Emenda Ibsen, aprovada no calor da última disputa eleitoral e vetada pelo presidente Lula. E não resta dúvida de que esse avanço se deve à luta que travamos nos últimos meses, em conjunto com o Rio de Janeiro e com a participação ativa da nossa bancada fe-

deral. Mas, ainda assim, configura flagrante desrespeito aos nossos direitos e um verdadeiro ataque às nossas finanças.

Durante todo o tempo, procuramos manter uma postura de equilíbrio, dialogando com representantes do governo e dos Estados não produtores. Buscamos com a máxima determinação construir uma solução negociada, que não destruturasse nossa economia e nosso futuro. Mas a intransigência de parlamentares representantes dos Estados não produtores e a posição do governo federal de não liderar diretamente a busca do consenso diante de um problema que ele próprio criou impediram que o entendimento prosperasse.

Agora que a decisão se desloca do Senado para a Câmara, vamos continuar trabalhando para que a responsabilidade e o bom senso prevaleçam. E mesmo que isso não ocorra e os deputados acabem aprovando o absurdo jurídico votado pelo Senado, ainda acreditamos que a presidenta Dilma vai cumprir a palavra empenhada com o Espírito Santo e o Rio de Janeiro, vetando essa agressão aos nossos Estados.

Mas se nossa expectativa não se concretizar, iremos ao Supremo Tribunal Federal com a mesma disposição e energia com que trabalhamos até aqui pelo entendimento. Temos clareza de que a decisão de judicializar o debate reflete a falência da política. Mas não vamos aceitar que uma proposta oportunista, insensata e demagógica coloque em risco o equilíbrio que lutamos tanto para conquistar em nosso Estado.